

STJ00114418

Rafael Cristiano Brugnerotto

AÇÕES PENAIS CONSTITUCIONAIS

3ª edição, revista e atualizada



empóriodo direito

**Florianópolis
2016**



Copyright © 2016 by Rafael Cristiano Brugnerotto
Diretora Responsável: Aline Gostinski
Editor Responsável: Israel Vilela
Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

Conselho Editorial:

Aldacy Rachid Coutinho (UFPR)	Alexandre Morais da Rosa (UFSC e UNIVALI)
Aline Gostinski (UFSC)	André Karam Trindade (IMED-RS)
Antônio Gavazzoni (UNOESC)	Augusto Jobim do Amaral (PUCRS)
Aury Lopes Jr. (PUCRS)	Claudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva (ESMESC)
Eduardo Lamy (UFSC)	Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (UFPR)
Juan Carlos Vezzulla (IMAP-PT)	Juarez Tavares (UERJ)
Julio Cesar Marcelino Jr. (UNISUL)	Luis Carlos Cancellier de Olivo (UFSC)
Marco Aurélio Marrafon (UERJ)	Márcio Staffen (IMED-RS)
Orlando Celso da Silva Neto (UFSC)	Paulo Marcio Cruz (UNIVALI)
Rubens R. R. Casara (IBMEC-RJ)	Rui Cunha Martins (Coimbra-PT)
Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino (IMEB)	Thiago M. Minagé (UNESA/RJ)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Brugnerotto, Rafael Cristiano
Ações penais constitucionais / Rafael Cristiano Brugnerotto

3ª ed. – Florianópolis: Empório do Direito, 2016

124 p.

ISBN 978-85-68972-83-0

1. Processo Penal Constitucional 2. Tribunal Constitucional - Brasil I. Título
CDU 345
342

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).
Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito Editora.



emporiოდireito.com.br

Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito

Rua: Santa Luzia, 100 – sala 610
CEP 88036-540 – Trindade – Florianópolis/SC
www.emporiოდireito.com.br
editora@emporiოდireito.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
O DIREITO E A CONSTITUIÇÃO	15
1.1 SURGIMENTO DO ESTADO E A CONSTITUIÇÃO	16
1.2 SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	22
1.3 SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO BRASIL ...	23
CAPÍTULO 2	
INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA NO DIREITO	29
2.1 A GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E O NEOCOLONIALISMO	36
CAPÍTULO 3	
O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	41
3.1 MOMENTOS DO CONTROLE DA CONSTITUCIO- NALIDADE	41
3.1.1 Controle Preventivo	41
3.1.2 Controle Repressivo	42
3.2 CONTROLE JURÍDICO DA CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	42
3.3 CONTROLE CONCENTRADO	43
3.3.1 Instrumentos do Controle Concentrado	43
3.4 CONTROLE DIFUSO DA CONSTITUCIONALIDADE E PROCESSO PENAL	46
3.4.1 Instrumentos Processuais Penais no Controle Difuso	50
3.5 HABEAS CORPUS	50
3.5.1 Evolução Histórica	51
3.5.2 Evolução Histórica no Brasil	53
3.5.3 Natureza Jurídica	55
3.5.4 Objeto	55
3.5.5 Cabimento	55
3.5.6 Competência	56
3.5.7 Legitimidade Ativa	57
3.5.8 Legitimidade Passiva	57
3.5.9 Habeas Corpus Preventivo	58
3.5.10 Habeas Corpus Repressivo	58
3.5.11 Habeas Corpus para Trancamento da Ação Penal ou Inquérito Policial	58
3.5.12 Procedimentos processuais	59
3.6 LIBERDADE PROVISÓRIA	61

3.6.1	Liberdade Provisória sem Fiança e Desvinculada	63
3.6.2	Liberdade Provisória com Fiança e Vinculada	63
3.6.3	Liberdade Provisória sem Fiança e Vinculada	64
3.6.4	Liberdade Provisória Proibida ou Vedada.....	66
3.7	ARBITRAMENTO DE FLANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA ..	67
3.7.1	Procedimento	68
3.7.2	Fiança, Liberdade Provisória e o Estatuto do Desarmamento	68
3.7.3	Fiança e a Lei de Contravenções Penais Vadiagem e Mendicância	70
3.7.4	Liberdade Provisória e a Nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06 ...	71
3.7.5	Resolução nº 5/12 - Cabimento da conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.	77
3.7.6	Liberdade Provisória e a (In)afiançabilidade constitucional.....	84

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS CONSTITUCIONAIS	87
4.1 PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO (SOCIAL) DE DIREITO	87
4.2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	89
4.3 PRINCÍPIO DA ISONOMIA (IGUALDADE	90
4.3.1 Igualdade Substancial.....	91
4.3.2 Igualdade Formal.....	91
4.3.3 Igualdade Processual Penal	92
4.3.4 Tratamento igualitário a todos os acusados	92
4.3.5 Igualdade entre acusação e defesa.....	93
4.4 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	94
4.5 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	97
4.6 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	98

CAPÍTULO 5

CONTROLE POLÍTICO DA CONSTITUCIONA-LIDADE.....	101
5.1 LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL	102
5.2 APROXIMAÇÃO FORMAL	102
5.3 LEGALIDADE REAL	103
5.4 LEGITIMIDADE SOCIAL	105

CAPÍTULO 6

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	107
---	------------

CAPÍTULO 7

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL.	115
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	119
-------------------------	------------